



PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 10 – ASPETOS LEGAIS

Março 2021

ANEXO 10 – ASPETOS LEGAIS

No âmbito do estudo do PMA VFX foram levantados os aspetos legais relevantes para a atuação do Município, em particular nos aspetos que incidam sobre o ambiente e o ordenamento do território do concelho de Vila Franca de Xira. De modo a evitar a exaustividade, referem-se neste anexo os diplomas relevantes, com uma descrição sumário do seu conteúdo e informação sobre o grau de incidência no PMA VFX.

Assume-se que, devido à natureza de entidade pública e ao grau de escrutínio que a atuação do mesmo é sujeito por diversas entidades e pelo público, a conformidade legal é, à partida garantida e que o Município, quando deteta inconformidades na sua atuação ou na dos seus agentes, desenvolve os necessários mecanismos para a sua correção.

A informação foi organizada de acordo com a seguinte estrutura:

- a) Constituição da Republica Portuguesa
- b) Competências das autarquias locais
- c) Atividades económicas
- d) Metrologia
- e) Estabelecimentos Comerciais
- f) Alojamento Local
- g) Urbanismo e planeamento urbano
- h) Indústria
- i) Outras atividades
- j) Ruído
- k) Qualidade do Ar
- l) Resíduos
- m) Substâncias Perigosas
- n) Água
- o) Impacte Ambiental
- p) Proteção da Saúde /Ambiente
- q) Parques, Reservas e Áreas Protegidas
- r) Economia e Energia
- s) Geral

A tabela de aspetos legais encontra-se a seguir.

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
	C.R.P.	Constituição da Republica Portuguesa	Constituição da Republica Portuguesa	
I	C.R.P.	Artigo 64.º	Saúde	
S	C.R.P.	Artigo Artigo 65.º	Habitação e urbanismo	
S	C.R.P.	Artigo 66.º	Ambiente e qualidade de vida	
S	C.R.P.	Artigos 235.º a 254.º	Autarquias locais	
S	Competências das autarquias locais	L 50/2018, 16 agosto	Lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais	
S	Competências das autarquias locais	L 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas L 25/2015, de 30 de março, L 69/2015, de 16 de julho, L 7A/2016, de 30 de março, e L 42/2016, de 28 de dezembro	Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.	
	Atividades económicas	Atividades económicas	Atividades económicas	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei nº 310/2002 de 18/12	Regula o regime jurídico do licenciamento do exercício e da fiscalização de diversas actividades	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30/06	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra Incêndios	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei n.º 114/2008, de 01/07	Alteração Regime Jurídico Licenciamento Fiscalização Diversas Atividades	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei nº 309/2002 de 16/12	Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29/08	Alteração ao Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16/12 e ao Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18/12	
I	Atividades económicas	Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmxira/uploads/writer_file/document/774/20140714163156396606.pdf

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Atividades económicas	Alteração ao regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/775/20140714163156362843.pdf
I	Atividades económicas	Alteração ao regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/776/20140714163156378202.pdf
I	Atividades económicas	Alteração ao regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/777/20140714163156388426.pdf
I	Venda Ambulante	Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro	Venda Ambulante	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15890/DL_102015_Regime_Jur_dico_Acesso_Exerc_cio_Atividades_Com_rcio_Servi_os_Restaura_o.pdf
I	Venda Ambulante	Regulamento 1/95	Venda Ambulante do Concelho de Vila Franca de Xira	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15890/DL_102015_Regime_Jur_dico_Acesso_Exerc_cio_Atividades_Com_rcio_Servi_os_Restaura_o.pdf
I	Venda Ambulante	Edital n.º 147/95	Alteração ao Regulamento de Venda Ambulante do Concelho de Vila Franca de Xira	URL: https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/10377/Regulamento_n__1_95_Altera__es.pdf
	Metrologia	Metrologia	Metrologia	
I	Metrologia	Decreto-Lei nº 291/90 de 20 de setembro	Estabelece a obrigatoriedade do controlo metrológico e alarga o controlo metrológico a todos os instrumentos de medição	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/462/20090522161248575120.pdf

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Metrologia	Portaria n.º 962/90 de 9 de outubro	Regulamento Geral do Controlo Metrológico	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer_file/document/463/20090522161123247764.pdf
	Estabelecimentos Comerciais	Estabelecimentos Comerciais	Estabelecimentos Comerciais	
I	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro	Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração	
I	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril	Cria o Balcão do Empreendedor O Balcão do Empreendedor constitui um ponto único de acesso aos serviços digitais relacionados com o exercício de atividade económica. Dirige-se aos empresários que desejem realizar serviços e obter informações inerentes às atividades económicas que praticam.	URL: https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx
I	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16/12, alterado pela Lei n.º 60/2007, de 04/09	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação;	
S	Estabelecimentos Comerciais	Regulamento Geral das Edificações Urbanas		URL: https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer_file/document/10468/Regulamento_Geral_das_Edifica__es_Urbanas.pdf
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 243/1986, de 20/08	Regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08	Estabelece as normas técnicas que visam permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada;	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12/11	Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios	
S	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 1532/2008 de 29/12	Regulamento técnico de segurança contra incêndio em edifícios	
S	Estabelecimentos Comerciais	Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04	Relativo à higiene dos géneros alimentícios	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Estabelecimentos Comerciais	Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04	Relativo às regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal	
S	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 149/1988, de 09/03	Fixa as regras de asseio e higiene a observar pelas pessoas que, na sua atividade profissional, entram em contacto direto com alimentos	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12/06	Relativo à higiene dos géneros alimentícios	
I	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro	Regime Jurídico Acesso Exercício Atividades Comércio Serviços Restauração	
I	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 206C/2015, de 14 de julho	Dados elementos instrutórios Autorizações	
I	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 206B/2015, de 14 de julho	Dados elementos instrutórios MCP	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro Alteração Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro	Regime Jurídico Segurança Contra Riscos Incêndio.	
I	Alojamento Local	Decreto-Lei n.º 128/2014	Regime Jurídico Exploração Estabelecimentos Alojamento Local	
I	Alojamento Local	Decreto-Lei n.º 63/2015	Alteração Regime Jurídico Exploração Estabelecimentos Alojamento Local	
	Urbanismo e planeamento urbano	Urbanismo e planeamento urbano	Urbanismo e planeamento urbano	
S	Urbanismo e planeamento urbano	Portaria N.º 243/84, DE 17 DE JULHO	CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE DEFINIDAS PARA EFEITOS DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS CLANDESTINOS	
S	Urbanismo e planeamento urbano	Lei n.º 31/2014	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo	
	Urbanismo e planeamento urbano	Decreto-Lei n.º 80/2015	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
	Urbanismo e planeamento urbano	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro	Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) foi publicada a Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05. Esta Lei revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.	
	Urbanismo e planeamento urbano	Lei n.º 83/2019	Lei de bases da habitação	
S	Urbanismo e planeamento urbano	Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951	Aprova o Regulamento geral das edificações urbanas Alterado pelos: <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 38 888 de 29 de Agosto de 1952 • Decreto-Lei n.º 44 258 de 31 de Março de 1962 • Decreto-Lei n.º 45 027 de 13 de Maio de 1963 • Decreto-Lei n.º 650/75 de 18 de Novembro • Decreto-Lei n.º 43/82 de 8 de Fevereiro • Decreto-Lei n.º 463/85 de 4 de Novembro • Decreto-Lei n.º 172-H/86 de 30 de Junho • Decreto-Lei n.º 64/90 de 21 de Fevereiro • Decreto-Lei n.º 61/93 de 3 de Março • Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo • Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho 	
	Indústria	Indústria	Indústria	
I	Indústria	Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto	Sistema de Indústria Responsável	
I	Indústria	Decreto-Lei n.º 73/2015 Alteração ao DL 169/2012	Sistema de Indústria Responsável	
I	Indústria	Portaria n.º 302/2013, de 16 de outubro	Mera Comunicação Prévia SIR	
I	Indústria	Portaria n.º 279/2015	Elementos instrutórios	
I	Indústria	Portaria n.º 280/2015	Taxas SIR	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Indústria	Portaria nº 281/2015	Requisitos ZER	
	Outras atividades	Outras atividades	Outras atividades	
I	Outras atividades	Instalação desportiva de uso público - mera comunicação prévia de abertura	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15926/Instala__o_Desportiva_de_Uso_P_blico.pdf
I	Outras atividades	Licença de Instalação e Funcionamento de Recintos Improvisados	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15927/Licen_a_de_Instala__o_e_Funcionamento_de_Recintos_Improvisados.pdf
I	Outras atividades	Licença de Instalação e Funcionamento de Recintos Itinerantes	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15928/Licen_a_de_Instala__o_e_Funcionamento_de_recintos_itinerantes.pdf
I	Outras atividades	Licença Especial de Ruído	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15929/Licen_a_Especial_Ruido.pdf
I	Outras atividades	Licenciamento de Fogueiras e Queimadas	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15930/Licen_a_Fogueiras_e_Queimadas.pdf
I	Outras atividades	Licença de Instalação de Recinto de Diversão Provisória	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15931/Licen_a_instala__o_de_recinto_de_divers_o_provis_ria.pdf

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Outras atividades	Licença para a Realização de Espetáculos Desportivos e de Divertimentos Públicos nas Vias, Jardins e demais Lugares Públicos ao Ar Livre	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15932/Licen_a_para_Realiza_o_d_e_Espect_culos_Desportivos_e_de_Divertimentos_P_blicos_ao_Ar_Livre.pdf
I	Outras atividades	Licença para a Realização de Provas Desportivas	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15932/Licen_a_para_Realiza_o_d_e_Espect_culos_Desportivos_e_de_Divertimentos_P_blicos_ao_Ar_Livre.pdf
I	Outras atividades	Licenciamento de Guarda-Noturno	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15934/Licenciamento_de_Guarda-Noturno.pdf
I	Outras atividades	Realização de Acampamentos Ocasionais	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15935/Realiza_o_de_Acampamentos_Ocasionais.pdf
I	Outras atividades	Máquina de Diversão Comunicação de alteração do proprietário	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15936/M_quinas_divers_o_-_altera_o_propriet_rio.pdf
I	Outras atividades	Máquina de Diversão Registo	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15936/M_quinas_divers_o_-_altera_o_propriet_rio.pdf
I	Outras atividades	Máquina de Diversão Segunda Via do Registo	Formulário	URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15938/M_quinas_divers_o_-_segunda_via_registo.pdf
	RUÍDO	RUÍDO	RUÍDO	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	RUÍDO	Decreto-Lei nº 9/2007, de 07/01, alterado pelo Decreto-Lei nº 278/2007, 01/08	Regulamento geral do ruído, medidas de prevenção da poluição sonora	
	Qualidade do Ar	Qualidade do Ar	Qualidade do Ar	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Qualidade do Ar		<p>Introduz na legislação portuguesa a diretiva europeia 2016/2284 UE sobre a redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos, e atualiza as regras que dizem respeito ao controlo da poluição atmosférica, em Portugal Continental, na zona económica exclusiva, nas zonas de controlo de poluição.</p> <p>1. Portugal compromete-se a cumprir até 2020 e 2030 certos limites máximos de emissões de: dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) (por exemplo, substâncias libertadas pelos escapes de veículos com motor de combustão), amoníaco (NH₃), partículas finas (PM_{2.5}).</p> <p>2. Prevê-se a criação do Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica pelo governo, em harmonia com a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR2020), da qual faz parte um Código de Boas Práticas Agrícolas para reduzir as emissões de amoníaco. Os efeitos da poluição atmosférica nos ecossistemas terrestres e aquáticos passam a ser monitorizados e comunicados à Comissão Europeia.</p> <p>3. Para assegurar o cumprimento por Portugal das obrigações previstas pelo direito da União Europeia sobre este tema, são envolvidas as seguintes entidades: a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), a Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)</p> <p>4. Compete aos municípios (de Portugal Continental) a coordenação com as entidades envolvidas na implementação de medidas de carácter local que visem a redução de emissões de poluentes para o ar, definidas no PNCPA, designadamente as medidas de gestão sustentável da mobilidade urbana e do transporte de passageiros.</p>	
S	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 49/2009, de 26 de Fevereiro	Estabelece mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes rodoviários.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Portaria n.º 676/2009, de 23 de Junho	Substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos Declaração de Retificação n.º 63/2009, de 21 de Agosto Declaração de Retificação n.º 66/2009, de 11 de Setembro	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 196/2009, de 24 de Agosto	Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 346/2007, de 17 de Outubro, que aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e contra a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2008/74/CE, da Comissão, de 18 de Julho.	
I	Qualidade do Ar	Despacho Conjunto n.º 20763/2009, de 16 de Setembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo.	
I	Qualidade do Ar	Despacho n.º 22007/2009, de 2 de Outubro	Aprova o programa de controlo de aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de Setembro.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro	Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente. Transpõe a Diretiva 2008/50/CE. JO L152 2008-6-11 e a Diretiva 2004/107/CE. JO L23 2005-1-26 Alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2015, de 27 de março. Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de Novembro	Determina a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020 e de planos sectoriais de baixo carbono, bem como do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 6/2012, de 17 de janeiro	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro, que transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, e a Diretiva 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, de 2009, e estabelece os critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres, e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, procedendo, igualmente, à suspensão temporária da vigência do n.º 1 do artigo 15.º do mesmo diploma.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 180/2012, de 3 de agosto	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, e transpõe a Diretiva n.º 2010/79/UE, da Comissão, de 19 de novembro, que adapta ao progresso técnico o anexo III da Diretiva n.º 2004/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 258/2012, de 30 de novembro	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, transpondo a Diretiva 2011/88/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro, que altera a Diretiva 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.	
S	Qualidade do Ar	Portaria n.º 353-A/2013, 1º suplemento, de 4 de dezembro	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 28/2014, de 21 de fevereiro	Transpõe a Diretiva n.º 2012/46/UE, da Comissão, de 6 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias, e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 47/2006, de 27 de fevereiro.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 68-A/2015, 1º Suplemento, de 30 de abril	Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética.	
I	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 29 de julho	Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas. Declaração de Retificação n.º 41/2015, de 17 de setembro.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2015, 1º Suplemento, de 20 de Agosto	Aprova a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas PETI3+, para o horizonte 2014-2020.	
I	Qualidade do Ar	Portaria n.º 854/2015, 2ª série, de 19 de novembro	Autoriza o Fundo Português de Carbono a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de financiamento para a concessão de apoios no âmbito do «Programa de apoio a projetos no país a conceder pelo Fundo Português de Carbono» para remoção de gases com efeito de estufa — Projeto MOBI.E	
S	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto	Aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) destinada a melhorar a qualidade do ar para a proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e da preservação dos ecossistemas.	
I	Qualidade do Ar	Decreto do Presidente da República n.º 79-M/2016, 1º suplemento, de 30 de setembro	Ratifica o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de Dezembro de 2015.	
I	Qualidade do Ar	Decreto da Assembleia da República n.º 197-A/2016, 1º suplemento, de 30 de setembro	Aprova o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de Dezembro de 2015.	
S	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio	Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1480.	
I	Qualidade do Ar	Declaração de Retificação n.º 3-A/2018, 1º Suplemento, de 29 de janeiro	Retifica o Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa.	
I	Qualidade do Ar	Decreto n.º 16/2018, de 5 de junho	Aprova a Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, adotada em Quigali, em 15 de outubro de 2016.	
S	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, e transpõe a Diretiva (UE) 2015/2193.	
I	Qualidade do Ar	Portaria n.º 221/2018, de 1 de agosto	Estabelece a forma de transmissão e o conteúdo da informação relativa ao autocontrolo da monitorização em contínuo e pontual das emissões de poluentes para o ar, bem como a informação a reportar anualmente.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 de outubro	Fixa os compromissos nacionais de redução das emissões de certos poluentes atmosféricos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2284.	
I	Qualidade do Ar	Aviso n.º 130/2018, de 26 de outubro	Torna público que a República Portuguesa depositou, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, na qualidade de depositário, o seu instrumento de aprovação da Alteração do texto e dos anexos II a IX do Protocolo de 1999 relativo à Redução da Acidificação, da Eutrofização e do Ozono Troposférico e aditamento dos novos anexos X e XI, adotados em Genebra, em 4 de maio de 2012.	
I	Qualidade do Ar	Regulamento (UE) 2019/318 da Comissão, que altera o Regulamento (UE) 2017/2400 e a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	no que respeita à determinação das emissões de CO2 e ao consumo de combustível dos veículos pesados.	JO L58 2019-2-26
I	Qualidade do Ar	2019/C 77/01 Comunicação da Comissão -	Orientações para a elaboração de programas nacionais de controlo da poluição atmosférica ao abrigo da Diretiva (UE) 2016/2284 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos.	JO C77 2019-3-01
I	Qualidade do Ar	2019/C 92/01 Comunicação da Comissão —	Comunicação da Comissão relativa à monitorização dos ecossistemas nos termos do artigo 9.o e do anexo V da Diretiva (UE) 2016/2284 do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos (Diretiva LNE).	JO C92 2019-3-11
I	Qualidade do Ar	Retificação da Diretiva (UE) 2015/1480 da Comissão, que altera vários anexos das Diretivas 2004/107/CE e 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	Estabelecem as regras relativas aos métodos de referência, à validação dos dados e à localização dos pontos de amostragem para a avaliação da qualidade do ar ambiente.	JO L72 2019-3-14
I	Qualidade do Ar	Regulamento (UE) 2019/636 da Comissão,	Altera os anexos IV e V do Regulamento (CE) n.º 850/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo a poluentes orgânicos persistentes.	JO L109 2019-4-24
I	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2019, de 10 de abril	Instituiu o dia 12 de abril como o Dia Nacional do Ar.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
	Resíduos	Resíduos	Resíduos	
S	Resíduos	REGULAMENTO Nº 08/2004 alterado pelo edital n.º 163/2016, datado de 2016/04/12	Regulamento Municipal para Veículos Abandonados e em Fim de Vida	
I	Resíduos	2018/C 124/01, JO C124 2018-4-09	Comunicação da Comissão relativa a orientações técnicas sobre a classificação de resíduos.	
I	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	Altera as Diretivas 2000/53/CE relativa aos veículos em fim de vida, 2006/66/CE relativa às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, e 2012/19/UE relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.	
S	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/850 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	que altera a Diretiva 1999/31/CE relativa à deposição de resíduos em aterros.	
S	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	Altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos.	
S	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	Altera a Diretiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens.	
I	Resíduos	Decisão de Execução (UE) 2018/896 da Comissão, JO L160 2018-6-25	Estabelece metodologia de cálculo do consumo anual de sacos de plástico leves e que altera a Decisão 2005/270/CE.	
S	Resíduos	Portaria n.º 851/2009, de 7 de Agosto	Aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos (PERSU II) Altera a Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na concepção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002. Revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio. Declaração de Retificação n.º 74/2009, de 9 de Outubro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de Junho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 88/2013, de 9 de julho.	
I	Resíduos	Despacho n.º 19692/2009, 2ª série, de 27 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Licença para a gestão de um sistema integrado de gestão de pneus usados. Altera o Despacho n.º 31203/2008, 2ª série, de 4 de Dezembro	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro	Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho	
I	Resíduos	Despacho n.º 21295/2009, 2ª série, de 22 de Setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Aprova a Estratégia para os Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR), para o horizonte temporal de 2009-2020.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de Setembro	Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.	
I	Resíduos	Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro	Aprova o Regulamento Relativo à Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos. Alterada pela Portaria n.º 1324/2010, de 29 de Dezembro.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de Fevereiro	Estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/21/CE, JO L102 2006-4-11, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à gestão dos resíduos das indústrias extractivas. Alterado pelo Decreto-lei n.º 31/2013, de 22 de fevereiro.	
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 132/2010, de 17 de Dezembro	Altera o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, e transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.	
I	Resíduos	Portaria n.º 1324/2010, de 29 de Dezembro	Altera o Regulamento de Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos, aprovado pela Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Diretiva 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 1037/2015, de 15 de junho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2015, de 25 de agosto.	https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de Junho	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das actividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas, conformando-os com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica Legislação Nacional no Domínio do Ambiente Resíduos principais diplomas legais interna a Diretiva 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno. Republica o Decreto-Lei n.º 133/2005, de 16 de Agosto.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 1/2012, de 11 de janeiro	Procede à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, e transpõe a Diretiva n.º 2011/37/UE, da Comissão, de 30 de Março, relativa aos veículos em fim de vida.	
I	Resíduos	Lei n.º 54/2012, de 6 de Setembro	Define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos.	
S	Resíduos	Resolução da Assembleia da República n.º 8/2013, de 31 de janeiro	Recomenda a aplicação do sistema tarifário de resíduos baseado no instrumento económico pay as you throw (PAYT), tal como sugestão da Comissão Europeia no recente estudo sobre prevenção e reciclagem de resíduos.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 23/2013, de 15 de fevereiro	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de março, introduzindo procedimentos desmaterializados de envio das notificações e informações relativas às março, introduzindo procedimentos desmaterializados de envio das notificações e informações relativas às transferências de resíduos.	
I	Resíduos	Resolução da Assembleia da República n.º 19/2013, de 7 de março	Recomenda ao Governo que promova as medidas necessárias, no âmbito da revisão das políticas de gestão de resíduos, para melhorar os indicadores e estatísticas de Portugal, no contexto da União Europeia, no que se refere à geração, tratamento e deposição em aterros de resíduos	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 110/2013, de 2 de agosto	Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º 2013/2/UE, da Comissão, de 7 de fevereiro, que altera o anexo I à Diretiva n.º 94/62/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens. Transpõe a Diretiva n.º 2013/2/UE. JO L37 2013-2-08	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 114/2013, de 7 de agosto	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, Estabelece regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2013/28/UE, da Comissão, de 17 de maio, que altera o anexo II à Diretiva 2000/53/CE, relativa aos veículos em fim de vida.	
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 156/2013, de 5 de novembro	Estabelece o quadro legal e regulador para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos e transpõe a Diretiva n.º 2011/70/EURATOM, do Conselho, de 19 de julho de 2011, Estabelece um quadro comunitário para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos.	
S	Resíduos	Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro	Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana. Alterada pela Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril.	
S	Resíduos	Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril de 2014, da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.	Aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho	Estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Despacho n.º 10316/2014, 2ª série, de 11 de agosto, do Secretário de Estado do Ambiente	Determina os prazos para consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e para consulta pública no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental do PERSU 2020	
S	Resíduos	Portaria n.º 187/2014, Suplemento, de 17 de setembro	Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental.	
S	Resíduos	Despacho n.º 12571/2014, 2ª série, de 14 de outubro, do Secretário de Estado do Ambiente	Cria o Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo. Alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.	
I	Resíduos	Lei n.º 82-D/2014, 2º Suplemento, de 31 de dezembro	Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de Tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental. Alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março. Alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. Alterada pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio.	
I	Resíduos	Declaração de Retificação n.º 6/2015, de 27 de fevereiro	Declaração de Retificação à Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que «Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental».	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Resíduos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, 2º Suplemento, de 16 de março	Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 48/2015, de 10 de abril	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, no sentido da introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na atualização das capitações e das objetivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.	
I	Resíduos	Portaria n.º 158/2015, de 29 de maio	Primeira alteração à Portaria n.º 29-B/98, de 15 de janeiro, Estabeleceas regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis.	
I	Resíduos	Despacho n.º 8376-C/2015, 2ª Série, de 30 de julho, dos Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças, do Ministro da Economia e do Secretário de Estado do Ambiente	Determina os valores das contrapartidas financeiras decorrentes das operações de recolha e triagem efetuadas pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU).	
S	Resíduos	Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro	Regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão.	
S	Resíduos	Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro	Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), Estabeleceos procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma e revoga a Portaria n.º 1408/2006, de 18 de dezembro	
S	Resíduos	Portaria n.º 345/2015, de 12 de outubro	Estabelece a lista de resíduos com potencial de reciclagem e ou valorização.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Resíduos	Lei n.º 21/2016, de 19 de julho	Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.	
S	Resíduos	Despacho n.º 14202-C/2016, 2ª série, de 28 de novembro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente	Determina o valor de contrapartidas financeiras devido pelas entidades gestoras e que se destina a suportar os acréscimos de custos com a Recolha Seletiva e Triagem de resíduos de embalagens, bem como a triagem dos resíduos de embalagens nas Estações de Tratamento Mecânico e de Tratamento Mecânico e Biológico, a Valorização Orgânica de resíduos de embalagens e o tratamento das escórias metálicas resultantes da incineração dos resíduos urbanos e demais frações consideradas reciclagem	
I	Resíduos	Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril	Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).	
I	Resíduos	Despacho n.º 6560/2017, 2ª série, de 28 de julho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente	Concede à Sociedade SIGERU Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda., a licença para a gestão de um sistema de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos, biocidas de controlo de animais prejudiciais e biocidas de proteção da madeira e sementes destinadas a utilização profissional.	
I	Resíduos	Portaria n.º 245/2017, de 2 de agosto	Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) ao plástico recuperado.	
S	Resíduos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro	Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal.	
S	Resíduos	Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2018, de 26 de outubro	Promove uma utilização mais sustentável de recursos na Administração Pública através da redução do consumo de papel e de produtos de plástico.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	DL nº 69/2018, de 26 de dezembro,	referente ao Sistema de incentivo à devolução e depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio (Primeira alteração do DL nº 152-D/2017, de 11 de dezembro, relativo ao Regime Unificado dos Fluxos Específicos de Resíduos).	
I	Resíduos	Regulamento de Execução (UE) 2019/290 da Comissão,	Estabelece o modelo para registo e apresentação de relatórios por parte dos produtores de equipamentos elétricos e eletrónicos ao registo.	JO L 48 2019-2-20
I	Resíduos	Decisão de Execução (UE) 2019/665 da Comissão, que altera a Decisão 2005/270/CE	Estabelece os formulários relativos ao sistema de bases de dados nos termos da Diretiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a embalagens e resíduos de embalagens.	JO L112 2019-4-26
I	Resíduos	Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho,	relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente.	JO L155 2019-6-12
I	Resíduos	Decisão de Execução (UE) 2019/1004 da Comissão,	Estabelece regras para o cálculo, a verificação e a comunicação de dados sobre resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Decisão de Execução C(2012) 2384 da Comissão.	JO L163 2019-6-20
I	Resíduos	Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro	Altera a Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), e a Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro, que aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema de Registo Eletrónico Integrado de Resíduos (SIRER).	
	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto	Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos (IPPC). Transpõe a Diretiva 2010/75/UE. JO L334 2010-12-17	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto	Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente. Transpõe a Diretiva 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias.	
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Regulamento (UE) 2019/521 da Comissão	que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico e científico, o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.	JO L86 2019-3-28
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Regulamento (UE) 2019/1021 do Parlamento Europeu e do Conselho,	relativo a poluentes orgânicos persistentes.	JO L169 2019-6-25
	Água	Água	Água	
I	Água	Despacho n.º 484/2009, 2ª série, de 8 de Janeiro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Aplicação da taxa de recursos hídricos.	
I	Água	Despacho n.º 243472009, 2ª série, de 19 de Janeiro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Taxa de recursos hídricos. Alterado pelo Despacho n.º 10858/2009, de 28 de Abril 2ª série,.	
I	Água	Portaria n.º 144/2009, de 5 de Fevereiro	Define as áreas e condicionalismos ao exercício da pesca lúdica, incluindo a apanha lúdica, em águas oceânicas da subárea da zona económica exclusiva do continente, águas interiores marítimas e águas interiores não marítimas sob jurisdição da autonomia marítima e revoga a Portaria n.º 868/2006, de 29 de Agosto.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 79/2009, de 2 de Abril Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março	regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de Abril.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Despacho n.º 10858/2009, 2ª série, de 28 de Abril do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Taxa de recursos hídricos. Complemento às normas estabelecidas no despacho n.º 2434/2009, de 19 de Janeiro, para estabelecimentos de piscicultura, aquacultura ou de culturas biogenéticas.	
I	Água	Portaria n.º 579/2009, de 2 de Junho	Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias de águas fluviais e lacustres as designadas como zonas de interiores. Declaração de retificação n.º 48/2009, de 14 de Julho.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho	Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares. Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio.	
S	Água	Despacho n.º 1487272009, 2ª série, de 2 de Julho, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Normas para a utilização dos recursos hídricos públicos e particulares.	
S	Água	Portaria n.º 702/2009, de 6 de Julho	Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de proteção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como os respetivos condicionamentos.	
I	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de Setembro	Aprova a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.	
S	Água	Despacho Normativo n.º 33/2009, de 25 de Setembro	Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais.	
I	Água	Portaria n.º 1284/2009, de 19 de Outubro	Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Água	Portaria n.º 160/2010, de 15 de Março	Define os critérios para cálculo das taxas relativas à actividade de regulação estrutural, económica e de qualidade de serviço, devidas pelas entidades gestoras concessionárias dos serviços multimunicipais e municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).	
S	Água	Portaria n.º 175/2010, de 23 de Março	Define os critérios para cálculo das taxas relativas à atribuição de regulação da qualidade da água para consumo humano, devidas pelas entidades gestoras dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).	
I	Água	Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março	Estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro. Alterado pela Lei n.º 19/2010, de 23 de Agosto.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março	Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio. Alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de Junho	Cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e constitui a sociedade VALORSUL Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Portaria n.º 931/2010, de 21 de Setembro	Define os elementos necessários à instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico por iniciativa dos proprietários, públicos ou privados, de terrenos nas áreas confinantes com domínio público hídrico e estabelece igualmente a taxa devida pela apreciação dos procedimentos de delimitação do domínio público por iniciativa dos particulares.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de Setembro	Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água e transpõe a Diretiva n.º 2008/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e parcialmente a Diretiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 832011, de 20 de Junho. Revogado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de Outubro	Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020. Transpõe a Diretiva n.º 2008/56/CE. JO L164 2008-6-25	
S	Água	Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de Outubro	Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.	
S	Água	Portaria n.º 34/2011, de 13 de Janeiro	Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores.	
S	Água	Despacho n.º 4570/2011, 2ª série, de 15 de Março, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território	Adoção de medidas de promoção do uso da água da torneira.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Decreto-lei n.º 83/2011, de 20 de Junho	Estabelece especificações técnicas para a análise e monitorização dos parâmetros químicos e físico-químicos caracterizadores do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e procede à transposição da Diretiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho.	
I	Água	Aviso n.º 179/2011, de 4 de Agosto	Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo de Emendas à Convenção Relativa à Organização Hidrográfica Internacional, adoptado no Mónaco em 14 de Abril de 2005.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares.	
S	Água	-Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho	Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. Procede à republicação da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro Alterada pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 201/2012, de 27 de agosto	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020.	
I	Água	Lei n.º 44/2012, de 29 de agosto	Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.	
I	Água	Despacho n.º 2228/2013, 2ª série, de 7 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território	Procede à revisão dos planos de gestão de bacia hidrográfica abrangidos pela área de jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente	
S	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-F/2013, de 22 de Março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 5 (RH5), designado PGBH do Tejo.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Despacho n.º 5105/2013, 2ª série, de 16 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Saúde Gabinetes dos Ministros Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Economia e do Emprego, da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministro da Saúde	Prevenção e segurança Balnear.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho	Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Revoga o Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro. Alterado pelo Decreto-lei n.º 72/2016, de 4 de novembro.	
I	Água	Portaria n.º 241/2013, de 29 de julho	Aprova os modelos de sinalética e as barreiras de proteção a adotar nas zonas balneares.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 136/2013, de 7 de outubro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Diretiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho.	
I	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro	Adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Resolução da Assembleia da República n.º 26/2014, de 18 de março	Recomenda ao Governo que, numa perspetiva de mitigação, estude a possibilidade do recurso a medidas de urgência para responder aos estragos que resultaram das intempéries que assolaram o País no início do ano, e que simultaneamente promova com celeridade a revisão da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, numa ótica da prevenção e adaptação às dinâmicas do litoral do País.	
I	Água	Lei n.º 17/2014, de 10 de abril	Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional. Desenvolvida pela Lei n.º 38/2015, de 12 de março.	
I	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2014, de 20 de maio	Delega no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a competência para homologar as propostas de delimitação do domínio público hídrico, elaboradas nos processos pendentes em 27 de outubro de 2007.	
I	Água	Portaria n.º 432/2014, 2ª série, de 5 de junho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ambiente	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA I.P.) a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de Aquisição de Serviços para a "Monitorização do estado das massas de água rios e albufeiras".	
I	Água	Lei n.º 34/2014, de 19 de junho	Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, Estabelece a titularidade dos recursos hídricos. Alterada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 49/2015, de 10 de abril	Estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica. Declaração de Retificação n.º 26/2015, de 9 de junho.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio	Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. Declaração de Retificação n.º 34/2015, de 27 de julho.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Declaração de Retificação n.º 26/2015, de 9 de junho	Retifica o Decreto-Lei n.º 49/2015, de 10 de abril, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia Estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 133/2015, de 13 de julho	Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.	
I	Água	Resolução da Assembleia da República n.º 103/2015, de 27 de julho	Em defesa da sustentabilidade do rio Tejo.	
i	Água	Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, que desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, e transpõe a Diretiva n.º 2014/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, Estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo a Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 42/2016, de 1 de agosto	Altera as normas respeitantes à monitorização dos elementos de qualidade das águas superficiais, das águas subterrâneas e das zonas protegidas relativos ao estado ecológico, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, e transpondo a Diretiva 2014/101/EU da Comissão, de 30 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000.	
I	Água	Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto	Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, Estabelece a titularidade dos recursos hídricos.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Água	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro	Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água. Revoga o Decreto-Lei n.º 112/2002, de 7 de abril.	
S	Água	Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações do Vouga, Mondego e Lis, do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Tejo e Ribeiras do Oeste, do Sado e Mira e das Ribeiras do Algarve.	
S	Água	Declaração de Retificação n.º 23-B/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve, publicada do Diário da República, 1.ª série, n.º 181, de 20 de setembro de 2016	
I	Água	Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril	Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 37/2016, de 15 de dezembro. Declaração de Retificação n.º 15-A/2017, de 2 de junho.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio	Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.	
I	Água	Lei n.º 44/2017, de 19 de junho	Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro	Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo as Diretivas n.º 2013/51/EURATOM e 2015/1787.	
I	Água	Despacho n.º 1608/2018, 2ª série, de 15 de fevereiro, da Ministra do Mar	Determina a elaboração do plano para a aquicultura em águas de transição.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Lei n.º 12/2018, de 2 de março	Modifica o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.	
I	Água	Despacho n.º 11954/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. proceder à reavaliação dos planos de gestão dos riscos de inundações correspondentes ao 1.º ciclo de planeamento e dar início ao 2.º ciclo de planeamento.	
I	Água	Despacho n.º 11955/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente -	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. assegurar a revisão dos planos de gestão de região hidrográfica referentes ao 2.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água.	
I	Água	Despacho n.º 11954/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. proceder à reavaliação dos planos de gestão dos riscos de inundações correspondentes ao 1.º ciclo de planeamento e dar início ao 2.º ciclo de planeamento.	
I	Água	Despacho n.º 11955/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente -	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. assegurar a revisão dos planos de gestão de região hidrográfica referentes ao 2.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água.	
	IMPACTE AMBIENTAL	IMPACTE AMBIENTAL	IMPACTE AMBIENTAL	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 151-B/2013, (2º Supl.) de 31 de outubro	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente. Transpõe a Diretiva 2011/92/UE, JO L26, 2012-2-28, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto. Alterado pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, 1º suplemento, de 11 de dezembro.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto.</p>	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.</p>	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro	<p>Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacte ambiental. Revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril.</p>	
	IMPACTE AMBIENTAL	Lei n.º 37/2017, de 2 de junho	<p>Torna obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.</p>	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 152-B/2017, 1º suplemento, de 11 de dezembro	<p>Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente Transpõe a Diretiva n.º 2014/52/UE.</p>	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro	Estabelece as restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão, regulamentando a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro.	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março	Aprova o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.	
	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho	Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam atividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de Outubro	Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correta utilização. Transpõe a Diretiva 86/278/CEE, do Conselho, de 12 de Junho. JO L191 de 1986-7-15 Revoga o Decreto-Lei n.º 118/2006, de 21 de Junho	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 25/2010, de 30 de Agosto	Estabelece as prescrições mínimas para proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações óticas de fontes artificiais, transpondo a Diretiva n.º 2006/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril. Declaração de Retificação n.º 33/2010, de 27 de Outubro.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de Janeiro	Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 42/2011, de 31 de Março	Altera a lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal e a salvaguarda do ambiente, transpõe as Diretivas n.º 2010/50/UE, de 10 de Agosto, 2010/51/UE, de 11 de Agosto, 2010/71/UE e 2010/72/UE, de 4 de Novembro, e 2010/74/UE, de 9 de Novembro, todas da Comissão, e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de Maio.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 56/2011, de 15 de Novembro	Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28ª alteração do Código Penal e transpõe a Diretiva 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, e a Diretiva 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro	Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Portaria n.º 304/2013, de 16 de outubro	Aprova o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos.	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Define as bases da política de ambiente. Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de Abril.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 55/2015, de 17 de abril	Estabelece as medidas para a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados e de organismos geneticamente modificados, tendo em vista a proteção da saúde humana e do ambiente. Transpõe a Diretiva 2009/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho. JO L125 2009-5-21	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2015, de 28 de julho	Aprova o Programa de Mobilidade Sustentável para a Administração Pública 2015-2020 ECO.mob	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho	Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto	Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 84/2017, de 18 de agosto	Incremento das obrigações de planeamento e programação de medidas de intervenção em situações de emergência radiológica ou de acidentes nucleares (primeira alteração aos Decretos-Leis n.º 36/95, de 14 de fevereiro, e 174/2002, de 25 de julho).	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Despacho n.º 1230/2018, 2ª série, de 5 de fevereiro, dos Secretários de Estado do Ambiente e das Florestas e do Desenvolvimento Rural	Aprova o Código de Boas Práticas Agrícolas.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decisão (UE) 2019/70 da Comissão,	Estabelece os critérios para a atribuição do rótulo ecológico da UE a papel para usos gráficos e os critérios para a atribuição do rótulo ecológico da UE a produtos de papel tissue.	JO L15 2019-1-17
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decisão (UE) 2019/61 da Comissão,	relativa ao documento de referência setorial sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor da administração pública, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).	JO L17 2019-1-18
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Diretiva (UE) 2019/130 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva 2004/37/CE	relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.	JO L30 2019-1-31
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Regulamento Delegado (UE) 2019/807 da Comissão, que complementa a Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho	Europeu e do Conselho no que respeita à determinação das matérias-primas com elevado risco de alterações indiretas do uso do solo relativamente às quais se observa uma expansão significativa da superfície de produção para terrenos com elevado teor de carbono e à certificação de biocombustíveis, biolíquidos e combustíveis biomássicos com baixo risco de alterações indiretas do uso do solo.	JO L133 2019-5-21

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decisão (UE) 2019/847 da Comissão,	Proposta de iniciativa de cidadania intitulada «Salvem as abelhas! Proteção da biodiversidade e melhoria dos habitats dos insetos na Europa»	JO L138 2019-5-24
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Diretiva (UE) 2019/983 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva 2004/37/CE,	Proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.	JO L164 2019-6-20
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro	Estabelece o regime jurídico da proteção radiológica, transpondo a Diretiva 2013/59/Euratom.	
	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	
I	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	2019/C 33/01	Gestão dos sítios Natura 2000 — As disposições do artigo 6.o da Diretiva Habitats(92/43/CEE).	JO C33 2019-01-25
	ECONOMIA E ENERGIA	ECONOMIA E ENERGIA	ECONOMIA E ENERGIA	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril	Aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro	Estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020, transpondo os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Diretiva n.º 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de Abril, e o n.º 6 do artigo 1º e o anexo IV da Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/2012, de 17 de janeiro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/2016, de 3 de novembro.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de Dezembro	No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, define as metas nacionais de energia renovável no consumo de energia final e transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-lei n.º 169/2012, de 1 de agosto	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro Alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2015, de 11 de maio Alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 1 de abril	Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Portaria n.º 309/2015, de 25 de setembro	Primeira alteração à Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril, que aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Portaria n.º 365/2015, de 16 de outubro	Define o formato, características e mecanismos de tratamento da informação relevante para o exercício de atividades económicas, através do balcão único eletrónico, designado «Balcão do Empreendedor», e revoga a Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho	Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal. Declaração de Retificação n.º 20/2017, de 3 de agosto.	
	GERAL	GERAL	GERAL	
S	GERAL	DecretoLei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	
I	GERAL	Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março	Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	GERAL	DecretoLei n.º 90/2009, de 9 de Abril	Estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.	
S	GERAL	Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio	Declaração de Retificação n.º 53/2009, de 28 de Julho. Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.	
S	GERAL	Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de Maio	Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes. Declaração de Retificação n.º 54/2009, de 28 de Julho.	
I	GERAL	Portaria n.º 703/2009, de 6 de Julho	Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Registo das Associações de Utilizadores do Domínio Público Hídrico.	
S	GERAL	Portaria n.º 706/2009, de 7 de Julho	Define o âmbito de informação que deve ser alvo dos estudos a elaborar por parte do Estado para constituição do regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.	
S	GERAL	Despacho n.º 16140/2009, 2ª série, de 15 de Julho, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Implementação de medidas energéticas e alteração de comportamentos de consumo, dando cumprimento às obrigações inerentes ao Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios	
I	GERAL	Decreto do Presidente da República n.º 69/2009, de 30 de Julho	Ratifica a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adotada em Almaty em 27 de Maio de 2005.	
I	GERAL	Resolução da Assembleia da República n.º 54/2009, de 30 de Julho	Aprova a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adotada em Almaty em 27 de Maio de 2005.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 64A/2009, de 6 de Agosto (Suplemento)	Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo.	
I	GERAL	DecretoLei n.º 181/2009, de 7 de Agosto	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	
S	GERAL	DecretoLei n.º 194/2009, de 20 de Agosto	Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.	
S	GERAL	DecretoLei n.º 195/2009, de 20 de Agosto	Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.	
I	GERAL	Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto	Procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, Estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais. Declaração de Retificação 70/2009, de 1 de Outubro Alterada pela lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.	
I	GERAL	Portaria n.º 976/2009, de 1 de Setembro	Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.	
I	GERAL	Despacho n.º 13560/2010, 2ª série, de 24 de Agosto, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território	Determina que o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) coordena o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015.	
I	GERAL	Portaria n.º 1202/2010, de 29 de Novembro	Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de Janeiro	Lança o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública ECO.AP, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20 % até 2020	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	GERAL	DecretoLei n.º 6572011, de 16 de Maio	Estende às zonas de intervenção florestal o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.	
	GERAL			
S	GERAL	Lei n.º 12/2014, de 6 de março	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.	
I	GERAL	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.	
I	GERAL	DecretoLei n.º 80/2015, 14 de maio	Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.	
I	GERAL	Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto	Segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais.	
S	GERAL	Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto	Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.	
I	GERAL	Portaria n.º 404A/2015, 1º Suplemento, de 18 de novembro	Primeira alteração à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, que adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.	
S	GERAL	Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto	Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos. Transpõe as Diretivas 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro; Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro.	
I	GERAL	DecretoLei n.º 29/2017, de 16 de março	Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017, de 11 de julho	Aprova a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2017, 2 de novembro	Cria o programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».	
I	GERAL	Portaria n.º 209/2018, 2ª série, de 27 de março, do Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado do Orçamento	Autoriza o Fundo Ambiental a efetuar a repartição de encargos relativos aos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Aviso n.º 557-A/2017, para atribuição de apoio pelo Fundo Ambiental à substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos destinados à mesma utilização no âmbito da atividade desenvolvida pelas autarquias.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril	Aprova a Estratégia Nacional e o respetivo Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.	
I	GERAL	Decreto-Lei nº 235/83 de 31 de Maio	Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSA)	A responsabilidade pelos projetos é dos projetistas
S	GERAL	Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro -	Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.	
I	GERAL	Lei n.º 25/2019, de 26 de março –	Quarta alteração à lei-quadro das contraordenações ambientais, consagrando o princípio do não aviso prévio de ações de inspeção e fiscalização.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019	que aprova a “Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030” (ENMAC).	

Legenda

Incidência no PMA	Descrição
S	Sim, incide diretamente
I	Sim, incide indiretamente

